



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA 015/2018

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 02 de outubro de 2018, terça-feira, a partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões – Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

1. REMOÇÃO INTERNA PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AMARGOSA, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA.

	INSCRITOS
1	Ailson de Almeida Marques – Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa (Atuação: Violência Doméstica Contra a Mulher (Cível e Criminal), Júri, Execuções Penais, Tóxicos, Jecrim, Infância E Juventude (Cível E Criminal), Controle Externo da Atividade Policial, Fazenda Pública, Patrimônio Público e Moralidade Administrativa, Criminal)

2. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AMARGOSA, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA OU VAGA REMANESCENTE.

	INSCRITOS
1	Victor Freitas Leite Barros
2	Pedro Paulo de Paula Vilela
3	Mariana Araújo Libório
4	Márcio Bellazzi de Oliveira

3. REMOÇÃO INTERNA PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMACÃ, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA.

	INSCRITOS
1	Alice Koerich Inacio – Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Camacã (Atuação: Violência Doméstica Contra a Mulher (Cível e Criminal); Júri; Execuções Penais; Tóxicos; Juizado Especial Criminal (Jecrim); Criminal.)



4. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMACÃ, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA OU VAGA REMANESCENTE.

INSCRITOS	
1	Pedro Paulo de Paula Vilela
2	Mariana Araújo Libório

5. PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IPIAÚ, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA.

INSCRITOS	
1	Alicia Violeta Botelho Sgadari Passeggi

6. REMOÇÃO INTERNA PELO CRITÉRIO DE MERECIMENTO PARA A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA.

	INSCRITOS	CRITÉRIOS		LISTA TRÍPLICE
		QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	
1	Ruano Fernando da Silva Leite – Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora (Atuação: Júri; Violência Doméstica Contra a Mulher (Cível e Criminal); Execuções Penais; Tóxicos; Juizado Especial Criminal- Jecrim; Infância e Juventude (Cível E Criminal). Controle Externo Da Atividade Policial; Fazenda Pública; Criminal.	5º Quinto	Não	-

7. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE MERECIMENTO PARA A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA OU VAGA REMANESCENTE.

Desistência de todos os candidatos



8. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE RIBEIRA DO POMBAL, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA.

INSCRITOS	
1	Fábio Nunes Bastos Leal Guimarães
2	Victor Freitas Leite Barros
3	Pedro Paulo de Paula Vilela
4	Mariana Araújo Libório
5	Márcio Bellazzi de Oliveira

9. REGULAMENTAÇÃO DA ELEIÇÃO PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – BIÊNIO 2018/2020;

10. PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.27256/2018. ASSUNTO: RELATÓRIO DE ATIVIDADES SEMESTRAL. INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA GUSTAVO FONSECA VIEIRA. RELATORA: CONSELHEIRA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA.

11. PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.11749/2018. ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA FREQUENTAR CURSO. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA ALICIA VIOLETA BOTELHO SGADARI PASSEGGI. RELATORA: CONSELHEIRA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA.

12. PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.27228/2018. ASSUNTO: RENÚNCIA À REMOÇÃO. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA MICHELLE ROBERTA SOUTO. RELATOR: CONSELHEIRO NIVALDO DOS SANTOS AQUINO.

13. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA:

13.1. Inquérito Civil nº 075.0.191771/2013, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;

13.2. Inquérito Civil nº 003.0.185030/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

13.3. Procedimento Ministerial nº 001.0.136331/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

13.4. Inquérito Civil nº 003.0.3443/2014, da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;

13.5. Inquérito Civil nº 600.9.122426/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

13.6. Inquérito Civil nº 600.9.153936/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Santo Antônio de Jesus;

13.7. Inquérito Civil nº 720.9.79047/2017, da Promotoria de Justiça de Riachão do



Jacuípe;

13.8. Procedimento Ministerial nº 596.0.57106/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

13.9. Inquérito Civil nº 702.0.138326/2013, da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente com sede em Jacobina;

13.10. Inquérito Civil nº 590.0.171936/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

13.11. Inquérito Civil nº 331.0.4174/2013, da Promotoria de Justiça de Terra Nova;

13.12. Inquérito Civil nº 714.0.149947/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Ibicaraí;

13.13. Inquérito Civil nº 706.0.23266/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Porto Seguro;

13.14. Inquérito Civil nº 003.0.149556/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

13.15. Inquérito Civil nº 590.0.149476/2007, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

13.16. Inquérito Civil nº 674.0.160309/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

13.17. Inquérito Civil nº 674.9.220833/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

13.18. Procedimento Ministerial nº 598.9.135600/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

13.19. Inquérito Civil nº 590.1.38262/2007, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

13.20. Procedimento Ministerial nº 187.9.101954/2017, da Promotoria de Justiça de Muritiba;

13.21. Procedimento Ministerial nº 003.0.189157/2008, da Promotoria de Justiça de Serra Preta;

13.22. Inquérito Civil nº 003.0.69483/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA CLEONICE DE SOUZA LIMA:

13.23. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 003.9.77735/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

13.24. Procedimento Ministerial nº 069.9.27958/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu/BA;

13.25. Inquérito Civil nº 167.0.181489/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João/BA;

13.26. Inquérito Civil nº 003.1.740/2005, da 6ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente;

13.27. Inquérito Civil nº 003.1.740/2005, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

13.28. Inquérito Civil nº 075.9.8926/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;

13.29. Procedimento Ministerial nº 036.0.31782/2013, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;

13.30. Inquérito Civil nº 001.0.27881/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de



Ilhéus;

13.31. Inquérito Civil nº 590.0.85796/2008, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

13.32. Inquérito Civil nº 644.9.177269/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

13.33. Inquérito Civil nº 596.9.21472/2018, da 7ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Feira de Santana

13.34. Inquérito Civil nº 647.0.42465/2012, da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Eunápolis/BA ;

13.35. Inquérito Civil nº 001.0.182680/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Ilhéus/BA;

13.36. Inquérito Civil nº 308.0.163416/2013, da Promotoria de Justiça de Inhambupe/BA;

13.37. Procedimento ministerial nº 003.0.49626/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de São Gonçalo dos Campos/BA;

13.38. Inquérito Civil nº 001.0.188909/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Ilhéus/BA;

13.39. Inquérito Civil nº 052.0.60329/2013, da Promotoria de Justiça Itambé/BA;

13.40. Procedimento ministerial nº 001.0.27830/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Ilhéus/BA;

13.41. Inquérito Civil nº 592.0.95775/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim/BA;

13.42. Inquérito Civil nº 003.0.112107/2009, da Promotoria de Justiça de Itapitanga/BA;

13.43. Inquérito Civil nº 001.9.130400/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus/BA;

13.44. Inquérito Civil nº 003.0.126605/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

13.45. Inquérito Civil nº 003.0.200143/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

13.46. Inquérito Civil nº 714.0.152174/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Ibicaraí;

13.47. Inquérito Civil nº 202.9.149218/2017, da Promotoria de Justiça de Governador Mangabeira/BA;

13.48. Inquérito Civil nº 003.0.202655/2016, da 6ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital;

13.49. Inquérito Civil nº 702.9.73504/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina/BA;

13.50. Inquérito Civil nº 933.0.28850/2011, da 3ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães/BA;

13.51. Inquérito Civil nº 075.9.8926/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó/BA;

13.52. Procedimento ministerial nº 001.0.27881/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Ilhéus/BA;



- 13.53. Inquérito Civil nº 036.0.31782/2013, da Promotoria de Justiça de Caculé/BA;
- 13.54. Inquérito Civil nº 590.0.85796/2008, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari/BA;
- 13.55. Inquérito Civil nº 644.9.177269/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista/BA;
- 13.56. Inquérito Civil nº 597.0.74129/2016, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença/BA;
- 13.57. Inquérito Civil nº 674.0.48982/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas/BA;
- 13.58. Inquérito Civil nº 003.0.30720/2012, da Promotoria de Justiça Regional Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna/BA;
- 13.59. Procedimento Ministerial nº 069.0.141898/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu/BA;
- 13.60. Inquérito Civil nº 590.0.246163/2012, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari/BA;
- 13.61. Procedimento ministerial nº 933.0.9697/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães/BA;
- 13.62. Procedimento ministerial nº 933.0.11203/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães/BA;
- 13.63. Inquérito Civil nº 598.9.113702/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro/BA.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA:

- 13.64. Inquérito Civil nº 657.0.55175/2013, da Promotoria de Justiça de Ipiaú;
- 13.65. Inquérito Civil nº 590.0.149451/2007, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.66. Inquérito Civil nº 708.0.210013/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 13.67. Inquérito Civil nº 702.9.107513/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 13.68. Inquérito Civil nº 001.9.1589/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 13.69. Inquérito Civil nº 590.0.142480/2013, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.70. ,
- 13.71. Inquérito Civil nº 069.0.57027/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 13.72. Inquérito Civil nº 720.9.61662/2018, da Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 13.73. Inquérito Civil nº 590.0.96593/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.74. Inquérito Civil nº 714.0.115008/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Ibicaraí;
- 13.75. Inquérito Civil nº 705.0.227793/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 13.76. Inquérito Civil nº 001.9.103318/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 13.77. Procedimento Ministerial nº 085.9.27916/2017, da Promotoria de Justiça de



Conceição do Almeida;

- 13.78. Inquérito Civil nº 608.0.232075/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 13.79. Procedimento Ministerial nº 003.0.165816/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 13.80. Procedimento Ministerial nº 003.0.50661/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 13.81. Procedimento Ministerial nº 003.9.266976/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 13.82. Inquérito Civil nº 590.0.105653/2012, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.83. Inquérito Civil nº 521.9.189300/2017, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;
- 13.84. Inquérito Civil nº 590.0.66240/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.85. Inquérito Civil nº 590.0.72481/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA:

- 13.86. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 003.9.89304/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 13.87. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 677.9.249839/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 13.88. Procedimento Ministerial nº 674.9.91675/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 13.89. Procedimento Ministerial nº 703.9.140490/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 13.90. Procedimento Ministerial nº 593.0.184532/2011, da Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 13.91. Inquérito Civil nº 137.0.137840/2015, da Promotoria de Justiça de Jitaúna;
- 13.92. Procedimento Ministerial nº 075.9.60258/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;
- 13.93. Inquérito Civil nº 594.0.243621/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Canavieiras;
- 13.94. Inquérito Civil nº 308.0.162635/2013, da Promotoria de Justiça de Inhambupe;
- 13.95. Inquérito Civil nº 001.9.229856/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 13.96. Procedimento Ministerial nº 709.9.8774/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 13.97. Procedimento Ministerial nº 598.0.41437/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 13.98. Inquérito Civil nº 190.0.161130/2007, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 13.99. Procedimento Ministerial nº 677.9.249839/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 13.100. Inquérito Civil nº 600.9.113403/2018, da Promotoria de Justiça Especializada e Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 13.101. Inquérito Civil nº 600.9.113394/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 13.102. Inquérito Civil nº 600.9.110834/2018, da Promotoria de Justiça



- Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 13.103. Inquérito Civil nº 600.9.106461/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 13.104. Inquérito Civil nº 600.9.113434/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 13.105. Inquérito Civil nº 600.9.113413/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 13.106. Inquérito Civil nº 600.9.113417/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 13.107. Procedimento Ministerial nº 677.0.91539/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 13.108. Inquérito Civil nº 061.0.103561/2015, da Promotoria de Justiça de Caravelas;
- 13.109. Inquérito Civil nº 591.0.162781/2007, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 13.110. Inquérito Civil nº 600.9.142002/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 13.111. Inquérito Civil nº 708.9.90362/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;
- 13.112. Inquérito Civil nº 031.9.167117/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa;
- 13.113. Inquérito Civil nº 674.0.132673/2015, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA:

- 13.114. Inquérito Civil nº 003.9.217499/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 13.115. Procedimento Ministerial nº 013.9.184045/2017, da Promotoria de Justiça de Antas;
- 13.116. Inquérito Civil nº 644.0.212656/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;
- 13.117. Inquérito Civil nº 003.0.206866/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;
- 13.118. Inquérito Civil nº 598.0.33846/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 13.119. Inquérito Civil nº 167.9.108042/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente de Mata de São João;
- 13.120. Inquérito Civil nº 644.0.212764/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;
- 13.121. Inquérito Civil nº 590.0.100675/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.122. Inquérito Civil nº 674.0.160244/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 13.123. Procedimento Ministerial nº 591.9.247817/2017, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 13.124. Inquérito Civil nº 163.9.120810/2018, da Promotoria de Justiça de



Maracás;

13.125. Inquérito Civil nº 720.9.131882/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;

13.126. Procedimento Ministerial nº 702.0.123600/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

13.127. Procedimento Ministerial nº 003.1.124815/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

13.128. Procedimento Ministerial nº 597.0.102547/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença;

13.129. Inquérito Civil nº 590.0.142057/2007, do Grupo de Atuação Especial de defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

13.130. Inquérito Civil nº 702.0.236641/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

13.131. Inquérito Civil nº 036.9.137943/2018, da Promotoria de Justiça de Caculé;

13.132. Inquérito Civil nº 705.0.202989/2015, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Paulo Afonso;

13.133. Inquérito Civil nº 590.0.121343/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

13.134. Inquérito Civil nº 003.0.144060/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA:

13.135. Recurso Administrativo nº 678.9.134229/2018, apenso Procedimento Administrativo nº 678.9.30115/2018, da Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;

13.136. Inquérito Civil nº 596.0.244633/2012, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

13.137. Inquérito Civil nº 001.9.103254/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;

13.138. Inquérito Civil nº 647.0.80134/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;

13.139. Inquérito Civil nº 003.0.13977/2009, da Promotoria de Justiça de Itagibá;

13.140. Inquérito Civil nº 590.0.241060/2013, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

13.141. Inquérito Civil nº 590.2.26873/2004, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

13.142. Inquérito Civil nº 003.9.216264/2017, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

13.143. Inquérito Civil nº 644.0.102601/2013, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

13.144. Inquérito Civil nº 590.1.94012/2006, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA NIVALDO DOS



SANTOS AQUINO:

- 13.145. Procedimento Ministerial nº 003.0.113067/2008, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Barreiras;
- 13.146. Inquérito Civil nº 590.0.75705/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.147. Procedimento Ministerial nº 114.9.175105/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 13.148. Inquérito Civil nº 600.0.183397/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 13.149. Inquérito Civil nº 598.0.75589/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 13.150. Inquérito Civil nº 717.0.219570/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Santa Maria da Vitória;
- 13.151. Inquérito Civil nº 698.9.198086/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Irecê;
- 13.152. Inquérito Civil nº 674.9.20949/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 13.153. Inquérito Civil nº 720.9.233971/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão de Jacuípe;
- 13.154. Inquérito Civil nº 003.0.249102/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 13.155. Inquérito Civil nº 163.9.22231/2017, da Promotoria de Justiça de Maracás;
- 13.156. Inquérito Civil nº 003.0.151205/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 13.157. Procedimento Ministerial nº 596.9.271445/2016, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 13.158. Inquérito Civil nº 003.1.9237/2007, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.159. Inquérito Civil nº 590.0.140337/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 13.160. Inquérito Civil nº 598.0.238471/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 13.161. Inquérito Civil nº 306.0.200866/2011, da Promotoria de Justiça de Serra Dourada;
- 13.162. Inquérito Civil nº 600.9.147997/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 13.163. Inquérito Civil nº 674.9.69916/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 13.164. Inquérito Civil nº 600.9.140045/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 13.165. Procedimento Ministerial nº 003.1.93958/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 13.166. Inquérito Civil nº 003.9.187166/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 13.167. Inquérito Civil nº 712.0.133615/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 13.168. Inquérito Civil nº 242.9.198432/2017, da Promotoria de Justiça de Retirolândia;



13.169. Procedimento Ministerial nº 069.9.106579/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:

13.170. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 596.9.2671/2018, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

13.171. Inquérito Civil nº 590.2.20143/2005, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

13.172. Procedimento Ministerial nº 003.9.36726/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

13.173. Inquérito Civil nº 708.0.33762/2010, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

13.174. Inquérito Civil nº 003.0.169692/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

13.175. Procedimento Ministerial nº 224.9.115232/2017, da Promotoria de Justiça de Piritiba;

13.176. Inquérito Civil nº 590.0.60612/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

13.177. Inquérito Civil nº 608.0.92156/2016, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;

13.178. Inquérito Civil nº 590.0.112996/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

13.179. Procedimento Ministerial nº 592.9.21247/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

13.180. Inquérito Civil nº 590.0.75928/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

13.181. Procedimento Ministerial nº 003.9.6807/2018, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

13.182. Procedimento Ministerial nº 003.9.266780/2016, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;

13.183. Procedimento Ministerial nº 003.9.232207/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa- GEPAM;

13.184. Inquérito Civil nº 003.0.119186/2012, do Grupo de Atuação Especial para o Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;

13.185. Procedimento Ministerial nº 003.0.5865/2008, da 2ª Promotoria de Justiça de Santo Amaro;

13.186. Inquérito Civil nº 590.0.71502/2011, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

13.187. Procedimento Ministerial nº 003.9.78532/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

13.188. Inquérito Civil nº 708.0.149603/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

13.189. Inquérito Civil nº 003.9.26436/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

13.190. Procedimento Ministerial nº 035.0.223185/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;



13.191. Procedimento Ministerial nº 598.0.148257/2015, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

13.192. Procedimento Ministerial nº 701.9.60666/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;

13.193. Procedimento Ministerial nº 003.9.57379/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativo – GEPAM;

13.194. Inquérito Civil nº 075.0.202829/2013, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;

13.195. Inquérito Civil nº 590.0.130243/2011, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari.

14. O QUE OCORRER.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, EM 24 DE SETEMBRO DE 2018.

EDIENE SANTOS LOUSADO

Procuradora-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público